

O Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) é uma iniciativa de formação em nível superior de professores para a Educação Básica, criado em 2007 pela Capes/MEC, e em 2014 chegou a conceder 90 mil bolsas. O Programa insere estudantes do curso de licenciatura no cotidiano das escolas da rede pública de educação, onde praticam o ensino sob orientação de um docente do curso e de um professor da escola. Ao mesmo tempo, dá oportunidade para identificação de problemas, estudos e mudanças da realidade das escolas, com o registro de impactos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), melhoria da qualidade e superação da dicotomia entre teoria e prática na formação inicial e continuada de professores, aumento do interesse pela carreira docente na rede pública.

A parceria entre IES e Escola, o trabalho colaborativo entre professores formadores e docentes da educação básica, em processos imbricados à formação de jovens professoras e professores têm servido de mote para inovações na profissionalização docente. Entretanto, entre 2015 e 2017, o Pibid passou a sofrer questionamentos sobre sua continuidade e o conjunto de coordenadores do programa organizou-se em um fórum, o Forpibid que vem atuando de forma articulada e sistêmica em defesa desta importante iniciativa no campo formativo.

Junto ao Congresso Nacional tivemos intenso trabalho de articulação e fortalecimento de relações com deputados e senadores, apresentando o Projeto Lei nº 5180/2016 e à aprovação de uma Frente Parlamentar mista em 2018, com mais de 210 assinaturas. As cinco audiências públicas promovidas pela Câmara e Senado no período de 2015 a 2017 tiveram presença maciça de docentes, estudantes e representantes de entidades educacionais, quando levamos, em duas ocasiões, cerca de 450 mil assinaturas em defesa das pautas apresentadas aos parlamentares, reivindicando a manutenção do PIBID, expressa no movimento **#FicaPIBID**.

Em 2018, o surgimento de novos editais do MEC com 90 mil bolsas para os estudantes das licenciaturas, marcados por processos açodados, cerceantes, impositivos e com viés precarizado deram a tônica da nova relação da Capes com as IES e seus programas de formação, como o Pibid e a proposição do Residência Pedagógica. A Capes, diante a intransigência e o desconhecimento das realidades das licenciaturas, provocou, no novo programa, vacância de um terço das vagas ofertadas, algo inadmissível em um país em que se requer incentivo e indução à carreira docente. Sob coordenações distintas, os programas, embora exigida articulação na execução, têm funcionamento e gestão com demandas diferenciadas, ocasionando dificuldades nas suas conduções nas instituições.

O Pibid ficou e hoje compomos com os coordenadores do Residência Pedagógica o Forpibid-RP, uma articulação de iniciativas divididas ao longo da integralização curricular das licenciaturas, marcando uma nova etapa com avanços e contradições. O cenário de desmontes, ataques aos direitos sociais demandou-nos articulação com outros coletivos e passamos a dialogar com o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor -

Forparfor, aproximando pautas e promovendo agendas conjuntas no sentido de potencializar as forças em defesa dos programas de formação de professores promovidos pela Capes. Recentemente, novas interlocuções foram estabelecidas e somamos com a Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - Anfope e com o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - Forumdir em uma defesa mais ampla da formação de professores.

Dirigimo-nos, portanto, à Vossa Excelência, enxergando a necessária articulação em defesa das liberdades pedagógicas, do papel social da docência, da escola pública e da universidade como espaços plurais de formação e produção do conhecimento, a manutenção da Resolução nº 02/2015-CNE/CP como diretriz formativa de professores no país e repúdio à reforma do ensino médio e sua BNCC, bem como à recém apresentada Base Nacional de Formação de Professores, dada a sua elaboração autoritária, não participativa e que refuta processos democráticos no campo educacional.

Demandas

Após nossa apresentação, delineamos nossas demandas mais urgentes, buscando:

- 1- Reativação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com despacho em 13/06/2018, a partir da consolidação de subscritores das casas legislativas;
- 2- Revogar exigência de devolução de bolsas dos residentes caso não cumpram a totalidade das 440h previstas para o período de 18 meses (Parágrafo único do Art. 18, portaria nº 45/2018-CAPES), resultando na contração na dívida impagável, com possibilidade de inclusão na dívida ativa da União, por razões como conclusão de curso antes do fim do programa;
- 3- Revogar medida que interfere autonomia universitária ao exigir o reconhecimento/creditação do PIBID como Prática como Componente Curricular ou Atividade Curricular Complementar (Art. 4, item 4.1, inciso V - Edital nº 7/2018-CAPES) e o RP como estágio curricular obrigatório (Art. 4º, item 4.3, inciso III- Edital nº 06/2018-CAPES) para integralização curricular;
- 4- Impedir desligamento das bolsistas que entram em licença maternidade, em desacordo com a lei nº 13.536/2017.